

**AI. N°** - 113231.0056/07-1  
**AUTUADO** - ESCRITO AR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.  
**AUTUANTE** - JOSÉ DIONÍSIO NÓBREGA  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 31.03.2009

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0045-02/09**

**EMENTA:** ICMS. MICROEMPRESA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento a título de antecipação parcial do ICMS, nas entradas neste Estado, de mercadorias adquiridas por contribuinte optante do SIMBAHIA, para comercialização, não enquadradas na substituição tributária, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Contemplada a redução de 50% do valor do imposto devido, o adquirente está enquadrado na condição de Microempresa. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 27/09/2007, exige ICMS no valor de R\$4.167,94, acrescido da multa de 50%, em razão de ter deixado de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de Microempresa (ME), referente às aquisições de mercadorias destinadas à comercialização, provenientes de fora do Estado.

O contribuinte após tomar ciência da autuação, em 15/10/07, por seu procurador, apresenta defesa tempestivamente, em 09/11/2007, fl. 33 a 39, transcreve o teor da autuação, tece comentários sobre o SimBahia, citando trechos da Lei que o instituiu e de suas alterações posteriores, diz que é optante desse sistema simplificado de tributação e que no caso de antecipação parcial decorrente de aquisições realizadas por contribuinte inscrito na condição de microempresa, diretamente a estabelecimentos industriais, fica concedida, até 31 de dezembro de 2005, uma redução de 50% do valor do imposto a recolher, com base no §4 do art. 352-A do RICMS/97.

Garante que ocorrendo a antecipação parcial do ICMS, nas entradas interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, “os contribuintes do SimBahia estão dispensados do pagamento da diferença de alíquota, nas aquisições interestaduais de bens destinados a uso, consumo ou ativo permanente e não vinculado à operação ou prestação subsequente”.

Afirma que provado que é microempresa, a aplicação da alíquota de 17% extrapola os limites legais e que a fiscalização deveria utilizar a alíquota de 8%. Argumenta que recolhia em dia as competências do SimBahia, por isso não existe explicação para a cominação da aplicabilidade da alíquota de 17%, urgindo pela necessidade de sua redução para 8%.

Fala que a norma constitucional impede que tributos sejam utilizados com efeito de confisco, reproduz trechos de entendimentos sobre o assunto dos Professores Goldschmidt e Coelho e

decisões do “Juiz Vicente Leal – Relator da Terceira Turma/MG”, em REO 900116560-5/MG - bem como do STF, fls. 06 e 07.

Pede com base em toda documentação apresentada, que seja determinada diligência fiscal por preposto estranho ao feito. Requer ainda, a inaplicabilidade da alíquota de 17% e que a mesma seja reduzida para 8%, por questão de direito e de justiça.

Conclui solicitando que na hipótese do Auto de Infração ser julgado parcialmente procedente, que a multa aplicada seja reduzida para 20%.

O autuante apresenta informação fiscal à fls. 48 e 49, repete o teor da infração, diz que o autuado informou que ocorrendo a antecipação parcial do ICMS, nas entradas interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, “os contribuintes do SimBahia estão dispensados do pagamento da diferença de alíquota, nas aquisições interestaduais de bens destinados a uso, consumo ou ativo permanente e não vinculado à operação ou prestação subsequente”.

Aduz que da análise da defesa apresentada, o autuado não contesta o mérito da infração e que o Auto de Infração refere-se à reclamação de ICMS devido por antecipação parcial, consoante seu demonstrativo à fl. 05 do PAF.

Conclui alegando que mantém a autuação realizada e pede que o Auto de Infração seja julgado totalmente procedente.

## **VOTO**

Indefiro o pedido de diligência, tendo em vista que os elementos constantes do processo são suficientes para a formação de minha convicção para a decisão da lide (Art.147, I, “a” do RPAF/99).

No mérito o Auto de Infração refere-se à exigência do ICMS antecipação parcial por não ter sido feito o seu recolhimento, na condição de microempresa, referente a mercadorias adquiridas para comercialização, provenientes de fora do Estado.

Em sua impugnação o sujeito passivo alegou que é optante do SimBahia, inscrito na condição de microempresa, e pelo conteúdo de sua defesa, admitiu ter adquirido mercadorias sujeitas à antecipação parcial. Conhecendo os elementos do processo, reclamou uma redução de 50% do valor do imposto a recolher, por não ter sido considerado pelo autuante. Disse também, que nesses casos, está dispensado do pagamento da diferença de alíquota, porque se trata de aquisições interestaduais de bens destinados a uso, consumo ou ativo permanente, não vinculados à operações ou prestações subsequentes, entretanto não colacionou aos autos qualquer prova de que as mencionadas mercadorias tiveram essas destinações. Em seguida, disse que, na autuação, em vez de 17%, a fiscalização deveria ter utilizada a alíquota de 8%, face sua condição de microempresa, contudo, não indicou o dispositivo legal que lhe concede esse tratamento alegado, visto que no caso de exigência do imposto por antecipação parcial, a alíquota a ser aplicada é a interna, e esta é 17% (art. 252-A e 50, I do RICMS/97).

O documento acostado à fl. 26, registra que o contribuinte tem como atividade econômica, o comércio varejista de equipamentos para escritório. Nas notas fiscais fls. 10 a 24, constam os registros de mercadorias do tipo, base giratória secretária (20 pç.), cadeira 4 pés secretária (10 pç.), armários (02 un), mesa de reunião retangular (05 pç.), ventilador (14 pç.), selo alumínio ( 14 pç.), condicionador de ar (03 ap), bebedouro elétrico (10 pç.) dentre outras, que pelo volume, pelas quantidades, por sua natureza compatível com sua atividade, e não havendo prova em contrário, ficou patente o seu intuito comercial.

O Regulamento do ICMS/97 reza o seguinte: Art. 352-A. “Ocorre a antecipação parcial do ICMS nas entradas interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso IX do art. 61, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição”.

O § 4º do mencionado dispositivo regulamentar, com a redação dada pelo Decreto nº 9.152, de 28/07/2004, com efeito a partir de 01/08/2004, prever que no caso de antecipação parcial decorrente de aquisições realizadas por contribuinte inscrito na condição de microempresa, diretamente a estabelecimentos industriais, fica concedida, uma redução de 50% do valor do imposto a recolher, calculado na forma prevista neste artigo.

Compulsando os autos, vejo que à fl. 05, o autuante juntou ao PAF, planilha com relação de notas fiscais de mercadorias adquiridas pelo sujeito passivo de estabelecimentos industriais situados em outros Estados (fls. 10 a 24), demonstrando os valores do imposto exigido no Auto de infração, nos meses de março, abril, junho e julho de 2004 e janeiro e março de 2005, cujos cálculos foram processados observando o que determina o dispositivo regulamentar mencionado acima. Entretanto, o autuante não concedeu a redução de 50% do valor do imposto lançado.

Em consulta procedida ao banco de dados da SEFAZ, nas informações sobre o contribuinte, consta que durante os períodos fiscalizados, o mesmo encontrava-se inscrito no SimBahia, na condição de microempresa, portanto o contribuinte tem direito de usufruir do benefício fiscal de redução de 50% do ICMS antecipação parcial previsto na legislação do ICMS, nos meses de janeiro e março de 2005, não fazendo jus a esse benefício quanto aos meses de março, abril, junho e julho de 2004, visto que o efeito da norma que o concedeu teve início a partir de 01/08/2004.

Ressalto que, é devido o pagamento a título de antecipação parcial do ICMS, nas entradas neste Estado, de mercadorias adquiridas por contribuinte optante do SimBahia, para comercialização, não enquadradas na substituição tributária, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Do montante de R\$4.167,94 exigido, contemplada a redução de 50% do valor do imposto devido, nas importâncias de R\$1.394,19 (50% de R\$2.788,31) e R\$65,00 (50% de R\$130,00) nos meses mencionados acima, o Auto de Infração, ficou reduzido ao valor R\$2.708,75 ficando assim demonstrado:

DATA DA OCORRÊNCIA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR LANÇADO NO A. INFRAÇÃO 1	VALOR A SER REDUZIDO 2=50% de 1	VALOR DE ICMS A SER EXIGIDO 3=1-2
30/3/2004	9/4/2004	R\$ 172,86	R\$ -	R\$ 172,86
30/4/2004	9/5/2004	R\$ 152,33	R\$ -	R\$ 152,33
30/6/2004	9/7/2004	R\$ 693,80	R\$ -	R\$ 693,80
30/7/2004	9/8/2004	R\$ 230,64	R\$ -	R\$ 230,64
31/1/2005	9/2/2005	R\$ 2.788,31	R\$ 1.394,19	R\$ 1.394,12
30/3/2005	9/4/2005	R\$ 130,00	R\$ 65,00	R\$ 65,00
Total				R\$ 2.708,75

Quanto ao pedido de redução do percentual da multa para 20%, deixo de analisá-lo, visto que a competência para apreciá-lo é da Câmara Superior do CONSEF (Art. 159 do RPAF/99).

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº 113231.0056/07-1, lavrado contra **ESCRITO AR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.708,75**, acrescido da multa de 50% prevista no art. 42, I, “b”, “1” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de março de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR